

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Nêilor Felipe Bastos\*

**Resumo:** Este artigo pretende compreender os fatores que levaram à mudança do perfil econômico da capitania/província de São Paulo a partir de meados do século XVIII, entender o surgimento das vilas de Itu, Campinas e Sorocaba e a mudança de seus aspectos demográfico e econômico no contexto das alterações pelas quais passa São Paulo no período em questão e, por fim, enxergar estas mudanças com foco na evolução da população escrava das citadas vilas, com base na análise das listas nominativas (documentos censitários) de Itu de 1773, 1801 e 1830, comparando os resultados com as análises de alguns estudiosos sobre Campinas e Sorocaba. Após a contagem da população total e do número de escravos, foram feitos quadros para se comparar a quantidade de escravos em relação à população, bem como gráficos para análise do total de proprietários de escravos produtores e não produtores de açúcar. Para se atingir os objetivos mencionados, recorreu-se principalmente aos trabalhos de Carlos de Almeida Prado Bacellar, Eni de Samara Mesquita, Maria Luiza Marcílio e Paulo Eduardo Teixeira, dentre outros.

**Palavras-Chave:** Escravos; Listas nominativas; Itu; Sorocaba; Campinas.

### O interior de São Paulo, hoje e ontem

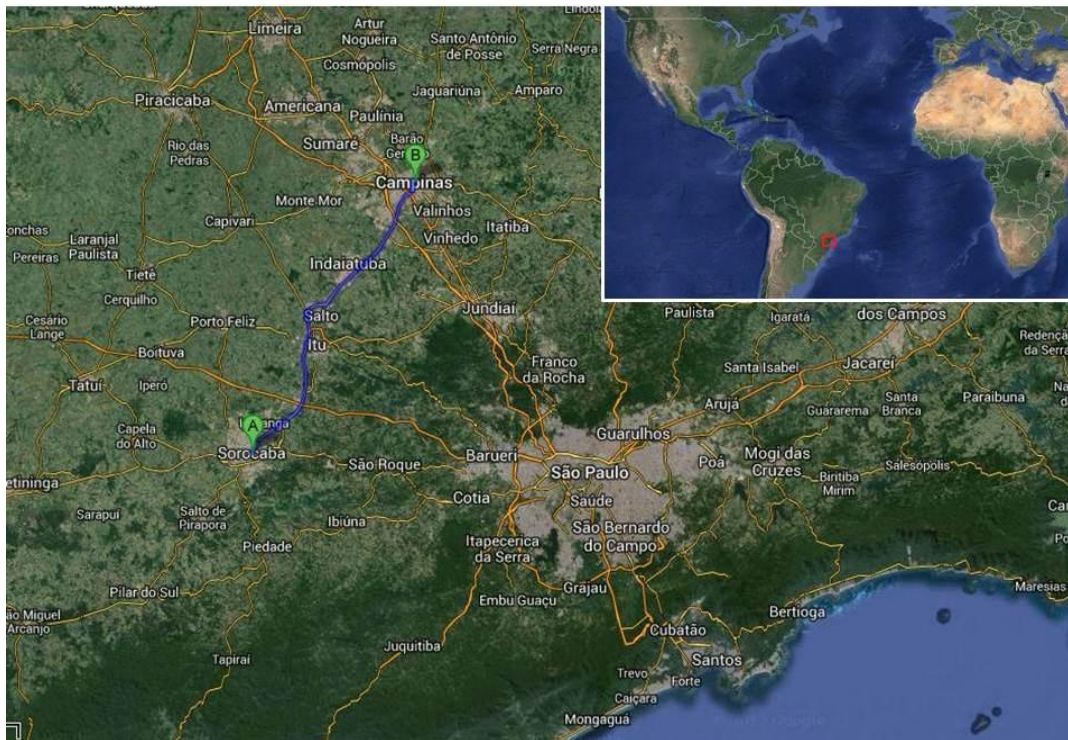
A região de Campinas – à qual pertence Indaiatuba – e a vizinha região de Sorocaba – onde estão Itu e Salto – estão entre as mais ricas do Brasil. É o próspero caminho do interior do estado de São Paulo, cuja produção industrial e população aumentam a cada ano<sup>1</sup>. Campinas, Sorocaba e os vários municípios dos arredores formam o “corredor asiático”, que

---

\* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Contato: [neilor.bastos@usp.br](mailto:neilor.bastos@usp.br).

<sup>1</sup> Para um estudo sobre o desenvolvimento urbano e demográfico recente da região de Campinas, consulte-se Rosana Baeninger – *“Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista”*.

produz um terço do PIB estadual e um décimo do nacional. A rodovia SP-75, eixo do “corredor asiático”, é ligada à grande São Paulo e ao porto de Santos pelas rodovias Bandeirantes, Anhanguera e Castello Branco (mapa 1), tornando a região um estratégico polo econômico<sup>2</sup>.



Mapa 1: Sorocaba (A) e Campinas (B), ligadas pela rodovia SP-75, que passa por Itu, Salto e Indaiatuba. Sorocaba é ligada à região metropolitana de São Paulo pela rodovia Castello Branco, e Campinas é acessível de São Paulo pelas rodovias Bandeirantes e Anhanguera. O “corredor asiático”, formado por Sorocaba e Campinas e as cidades do entorno, é umas das regiões mais prósperas do Brasil.

Não era este o cenário dos primeiros dois séculos e meio da América Portuguesa, nos quais a riqueza da colônia se resumiu à agricultura do norte e nordeste e ao espasmo do ouro das Minas Gerais. Neste contexto, a situação da capitania de São Paulo era periférica no território português, sendo pouco povoada e caracterizada pela pobreza, em razão da ausência de uma atividade econômica consistente. Eni de Mesquita Samara escreve:

---

<sup>2</sup> Para dados econômicos de Campinas e Sorocaba, veja-se o estudo de 2013 *“Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo”* da Seade – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, e os censos econômicos de 2010 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; para mais dados econômicos da região de Campinas, veja-se *“Região de Governo de Campinas”*, de Rosana Baeninger.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Num delineamento sumário da Capitania de São Paulo nesse momento, deparamo-nos com uma situação de intenso pauperismo da população, dedicada quase que exclusivamente à economia de subsistência. Encontramos quase que em toda sua extensão pequenos e rarefeitos contingentes populacionais e “ainda as de maior nome, falta de gente e sem nenhum modo de ganhar a vida, os campos incultos, tudo coberto de mata brava, as lavouras por mau método só se plantam em mato virgem pelo pouco que custa [...] A dispersão que se costuma habitar não permite a devida civilidade” (SAMARA, 2005, p. 69).

Adicionalmente, Paulo Eduardo Teixeira sublinha um comentário de Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, governador entre 1765 e 1775:

Porq.to me consta a grande falta de mantimentos, q.'deixam de produzir-se nesta capitania pela ocioza liberd.e em q.' vive a mayor parte dos seus habitantes, postos em vadiaçam e reduzidos a hua total pobreza, com repugnancia a todo trabalho, sem cuidarem do seu aumento (TEIXEIRA, 2002, p. 76).

O começo das histórias de Itu, Sorocaba e Campinas se enquadra neste contexto socioeconômico da capitania de São Paulo. Têm também de comum entre si o seu surgimento tímido como pousada de tropeiros e bandeirantes e da expansão do povoamento para o interior a partir da vila de São Paulo (SAMARA, 2005, pp. 66-68).

### O surgimento de Itu, Sorocaba e Campinas

Eni Samara afirma que as notícias acerca dos primeiros habitantes de Itu são da primeira metade do século XVII, sendo que o lugarejo é fundado em 1610, em território do município de Parnaíba. Citando Francisco Nardy Filho, conta que

No decorrer do ano de 1610, Domingos Fernandes aldeia nos campos de Pirapitingui, no lugar denominado Utu-Guaçu, uma bugrada que trouxera do sertão e aí, em companhia de seu genro Cristóvão Diniz, ergue uma capela sob a invocação de N. Senhora da Candelária, passando a residir nessa paragem com sua família e agregados, abrindo suas lavouras (SAMARA, 2005, p. 67).

Ainda segundo a autora, este fato é atestado em 12 de setembro de 1652 pelo mesmo Fernandes; quando este falece, no ano seguinte, 444 casais estariam estabelecidos nos campos de Pirapitingui. Em 1657, o povoado é erigido a vila pelo Capitão-Mor Gonçalo Couraça de Mesquita, com o nome de Nossa Senhora da Candelária do Outu-Guaçu,

“passando a adquirir, como a maior parte das vilas dos séculos XVI, XVII e XVIII, a condição de simples centro administrativo.” (SAMARA, 2005, p. 68). Samara conclui seu resumo acerca do surgimento de Itu dizendo:

De 1610 até a expansão da lavoura canavieira, Itu passa por um período de economia incipiente, tendo na atividade de subsistência a única forma de vida. De modo geral, os níveis de produção agrícola deviam ajustar-se ao consumo próprio com pequenos excedentes comercializados (SAMARA, 2005).

No que diz respeito a Sorocaba, Carlos de Almeida Prado Bacellar explica que

O pequeno povoado de Sorocaba surgiu, ainda no século XVII, como ponto de aglutinação rarefeita de anônimos povoadores, embrenhados no sertão da capitania vicentina. Sabe-se que a área era conhecida desde os primórdios da presença lusa no planalto de Piratininga, pois ali passava o então famoso caminho indígena do Peabiru ou Piabiju, que rumava do litoral para o Paraguai e o Guairá. Com certeza, aproveitado desde o século XVI por indivíduos anônimos cujos traços o tempo apagou, esse caminho facilitou as primeiras explorações dos vastos espaços interiores do Sudeste brasileiro. (BACELLAR, 2001, p. 21)

O historiador mostra então que estas explorações levam à identificação, a partir de 1590, de algumas jazidas de ferro no morro do Araçoiaba, que atraem a atenção de autoridades coloniais, como o Governador-Geral do Brasil, Dom Francisco de Sousa, que erige em 1599 o pelourinho da vila de Nossa Senhora de Monte-Serrate, em Ipanema. A vila e a exploração de ferro não vingam, mas a presença de povoadores torna-se constante desta época em diante. Em 1609, novamente Dom Francisco levanta uma vila num local denominado Itavovu, que parece ter sido chamada de São Filipe e que também não se desenvolve. (BACELLAR, 2001, p. 21)

Apesar de as duas tentativas de estabelecimento oficiais de uma povoação onde hoje é Sorocaba não terem se solidificado, Bacellar assevera que o fluxo de pessoas para o sertão continuou, obviamente de forma lenta. Sorocaba será criada de maneira permanente em 3 de março de 1661, num contexto que será melhor explicado adiante. Na ocasião, o lugar possuía “meros trinta casais na vila e outros tantos nos sítios”, mas embora diminuto em habitantes, “devia já comportar uma vida fervilhante, dinâmica, verdadeira encruzilhada de tangedores de gado e exploradores do sertão” (BACELLAR, 2001, pp. 22-23).

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Já Campinas, conforme demonstrado por Paulo Eduardo Teixeira:

surgiu a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a Cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire, estendia-se “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiá, Campinas, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca.

O recenseamento da população do “Bayrro do Mato Groço Cam.º de Minaz”, futura vila de Campinas, mostra que a dita localidade pertencia à Vila de Jundiá no ano de 1767, e que era composta por 53 domicílios, ou fogos (TEIXEIRA, 2002, p. 79).

Nota-se então, com as informações trazidas pelo autor, que a vila de Campinas é fundada oficialmente mais de cem anos depois de suas congêneres Itu e Sorocaba, ou seja, em 1774, quando é também elevada à condição de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, ainda por ordem de Morgado de Mateus. Em 1797 passa a ser chamada de Vila de São Carlos, para ter seu nome original restaurado em 1842.

Fica patente que o surgimento das três cidades se dá maneira semelhante: são mero ponto de descanso de tropas que atravessam a capitania de São Paulo, formando aquilo que Eni de Mesquita chama de “boca do sertão” (SAMARA, 2005, p. 68) e que, de maneira lenta e irregular, porém persistente no longo prazo, recebem contingentes populacionais doutras partes, como a vila de São Paulo. Estes povoados originais se caracterizam pela pobreza, lavoura de subsistência e falta de uma atividade econômica mais forte. Todavia, o aspecto de cada uma muda a partir da segunda metade do século XVIII, principalmente em decorrência de fatores políticos e econômicos internacionais e da própria colônia. Assim, Sorocaba transforma-se num importante centro regional de apresamento de índios e comércio de gado, com significativa produção agrícola para abastecimento interno e até mesmo com exportação de excedentes (BACELLAR, 2001, pp. 13, 23, 28, 121, 138, 140-142), e Itu (SAMARA, 2005, pp. 70-71) e Campinas (TEIXEIRA, 2002, p. 80) viram grandes produtoras de açúcar para exportação. Os acontecimentos que levaram a este cenário serão descritos de forma resumida.

### Fatores externos e internos que trazem consequências para o interior paulista

Uma das situações que influem nos rumos da capitania de São Paulo é o conflito luso-espanhol na bacia do rio da Prata em meados do século XVIII. Em 1762, os castelhanos já haviam ocupado o atual Rio Grande do Sul e a ilha de Santa Catarina. (TEIXEIRA, 2002, p. 75, BACELLAR, 2001, p. 22 e LUNA; KLEIN, 2006, p. 40) A Coroa portuguesa, temerosa de perder para Castela os territórios que atualmente constituem o Uruguai e os estados do sul do Brasil, transforma em política colonial o “consolidar os domínios” e conhecer os acessos por terra ao sul. Para isto, julgava necessário povoar a terra<sup>3</sup>, criando meios que ligassem os habitantes a ela, e estes meios deveriam ser a produção agrícola e o comércio. (TEIXEIRA, 2002, pp. 76, 134-135 e BACELLAR, 2001, p. 22) São Paulo tem restabelecida sua autonomia administrativa em 1765, desde 1748 em mãos do Rio de Janeiro (MARCÍLIO, 2000, p. 44 e SAMARA, 2005, p. 69), e censos da população e da agricultura começam a ser realizados regularmente, de forma a se conhecer os braços disponíveis para a guerra e de onde se poderiam obter mantimentos para as tropas que lutam contra a Espanha (MARCÍLIO, 2000, pp. 33-34). Além do mais, a linha de governo do Marquês de Pombal, fisiocrata, via na terra a recuperação da combalida economia da colônia (MARCÍLIO, 2000, pp. 32, 44 e TEIXEIRA, 2002, p. 76). Logo, via-se na agricultura, ao mesmo tempo, uma fonte de aumento das receitas e de proteção militar do território pela ampliação e fixação da população.

A exploração do Ouro nas Minas Gerais, que produzem demanda pelo gado do sul do Brasil, levando inclusive à abertura de uma rota ligando as minas àquela região em 1732, é um fator interno a ser citado. Além disso, a elevação do Rio de Janeiro a capital da colônia em 1763, o açúcar que começa a ser produzido no Rio e em São Paulo favorecido por motivos explicados adiante, e a vinda da família real portuguesa para a cidade carioca em 1808, aumentam exponencialmente a procura por bovinos. Sorocaba é especialmente beneficiada por esta conjuntura, em virtude de um comércio de animais que se formava desde o século XVI (MARCÍLIO, 2000, pp. 69-70, 178); a feira que ocorria na vila era vantajosa para

---

<sup>3</sup> Maria Luiza Marcílio chamou este processo de “povoamento dirigido” (MARCÍLIO, 2000, pp.134-135).

**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

compradores e vendedores, pois poupava os primeiros da necessidade de se deslocar desde as Minas Gerais ou do Rio de Janeiro até Curitiba e proporcionava bons rendimentos aos últimos (BACELLAR, 2001, pp. 23-26, 31-32 e MARCÍLIO, pp. 176-178). Por exemplo, o historiador americano Stanley Stein, citando a “História do Café”, de Afonso d'Escragnolle Taunay, relata que a maioria das mulas usadas no transporte do café produzido no Município de Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, antes da construção da ferrovia D.Pedro II, “provinham da Feira de Sorocaba que tinha lugar no sul de São Paulo todos os anos nos meses de abril e maio, antes da colheita do café”. Diz ainda que “até 1877 relatórios sobre a Feira de Sorocaba eram reproduzidos nos jornais de Vassouras” (STEIN, 1961, p. 111). Ainda, para se ter ideia da importância da feira, é interessante trazer à atenção os dados de Maria Thereza Petrone levantados por Cássia Maria Baddini: em 1793, 1801, 1820, 1821 e 1822, transitaram pela região de Sorocaba, respectivamente, 7.960, 22.186, 26.539, 23.610 e 30.474 animais (BADDINI, 2002, p. 114). Sobre o impacto do ouro das Minas Gerais sobre São Paulo, Maria Luiza Marcílio é categórica:

A principal razão e origem do extraordinário crescimento demográfico paulista, que pressionou transformações na vida rural e na produção agrícola em geral, na vida da capitania de São Paulo está na exploração das minas de ouro e diamantes das vizinhas regiões mineradoras. Foi a economia aurífera que criou estímulos econômicos e mercados consumidores crescentes para as profundas mudanças efetuadas, por reflexo e interação, na região de São Paulo. A população que “explodiu” nas Minas Gerais (principalmente) constituiu poderoso estímulo para as pequenas famílias pobres de roceiros de subsistência que se espalhavam em torno de algumas pequenas vilas do planalto paulista e em outras estagnadas do litoral.

Sob o estímulo das minas, as populações paulistas responderam rapidamente e passaram a organizar suas produções de forma que atendesse ao abastecimento de uma região nova e que passou, de súbito, a concentrar importante população urbana. A agricultura de autoconsumo da capitania de São Paulo estruturou-se em moldes que se transformasse em agricultura para o comércio interno. Ao lado dela, o gado trazido pelos primeiros colonos portugueses do sul da colônia e que multiplicava selvagememente pelos vastos campos meridionais da capitania, convidava a uma domesticação e a uma criação mais sistemática, a fim de atender de imediato às populações mineiras concentradas. Uma região especializada na pecuária para o corte e para os transportes formou-se rapidamente no sul (MARCÍLIO, 2000, p.19).

Outro conflito, ocorrido na virada do XVIII para o XIX, contribuiu para mudar a feição da capitania paulista: em 1791, a revolução dos escravos da colônia francesa de *Saint Domingue* (o atual Haiti) anula a produção de açúcar da ilha, até então a maior do mundo. Isso resulta numa maior demanda pelo açúcar brasileiro e no aumento da lucratividade deste negócio. Assim, ao mesmo tempo em que as autoridades coloniais tentam fomentar a agricultura, como por exemplo com as políticas dos governadores Morgado de Mateus e Lobo de Saldanha, torna-se atrativo plantar açúcar. (MARCÍLIO, 2000, p.179 e TEIXEIRA, 2002, p. 77) Francisco Vidal Luna e Herbert Klein assinalam:

Implementou-se uma nova política de estímulo à produção agrícola e renovou-se o interesse pela expansão da fronteira meridional na direção do Rio da Prata, para competir com a Espanha. São Paulo era na época a área efetivamente colonizada mais ao sul e contava com a capacidade militar necessária para essa expansão. Em 1765 a região tornou-se novamente uma capitania autônoma, com governo próprio. O novo governador, Morgado de Mateus, criticou amargamente o que via como atraso econômico da região e propôs modos de incrementar o comércio, a agricultura e população local, além de organizar a defesa contra as incursões espanholas no sul.

Morgado de Mateus e os governadores que o sucederam viam o “problema” da agricultura paulista como uma questão de modernizar a produção, exportar produtos de alta qualidade e estabelecer uma infraestrutura de comunicações mais moderna para promover essas exportações. É difícil avaliar a eficácia das reformas propostas. As práticas agrícolas mudaram pouco até o início do século XIX e antes dessa época poucos novos produtos estavam sendo exportados. Por sua vez, os produtos agrícolas tradicionais expandiram-se, e um setor açucareiro exportador por fim se estabeleceu no Oeste Paulista e no Litoral Norte, o que pode ter sido impulsionado por investimentos governamentais em estradas e portos. Certamente esse avanço foi incentivado pela expansão do mercado da capital vice-real do Rio de Janeiro.

O investimento governamental nos últimos trinta anos do século XVIII inclui a limpeza e manutenção de caminhos para o transporte por mulas, criação de áreas de pasto e paradas para descanso dos animais, crucial para a preservação da carga -, além da construção de uma estrada pavimentada de Santos a São Paulo atravessando a Serra do Mar, concluída em 1791 (LUNA; KLEIN, 2006, pp. 40-42).

Amilcar Torrão Filho explica que Dom Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, o 4.º Morgado de Mateus, nasceu em 1722 na vila de Amarante, Portugal. Recebeu educação militar e foi comandante da resistência aos ataques da França e da Espanha durante a Guerra



**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

dos Sete Anos (1756-1763). Suas habilidades militares lhe levaram à nomeação para governador de São Paulo, com as diretrizes de “garantir a defesa da complicada fronteira sul da colônia com os castelhanos, a ‘recuperação’ econômica e de introduzir novos e modernos elementos de governo e ‘gerenciamento’ da administração pública e econômica” (FILHO, 2005, p. 147). Citando Caio Jardim, Torrão Filho mostra que os planos do Morgado para a capitania eram “a militarização, visível nas tentativas de organizar tropas de ordenanças”, “a regularização dos serviços de arrecadação de rendas, a disseminação de núcleos de povoamento pelo sertão, bem como tornar São Paulo ‘uma base para a resistência a movimentos bélicos [dos espanhóis] no sul e oeste’. Essas diretrizes eram, na verdade, instruções dadas ao governador pelo então Conde de Oeiras, que pretendia ‘constituir no Sul uma barreira defensiva e talvez, uma força ofensiva contra os castelhanos’”. (FILHO, 2005, p. 148)

Em São Paulo, Botelho Mourão “se ocupou não apenas da fundação de novas povoações e vilas, confecção de mapas para melhor conhecimento do território, de seus caminhos e de suas riquezas, como pela história das povoações existentes, recebendo de Pedro Taques uma Informação Histórica sobre a fundação das vilas da capitania. (...) A formação de povoações foi uma das primeiras e principais preocupações do Morgado de Mateus; mesmo atendendo a determinações régias, a formação de freguesias, distritos e vilas estava de acordo com suas ideias para a promoção do crescimento econômico da capitania e era um dos motivos de orgulho de sua administração que ele não deixava de recordar ao rei e ao marquês de Pombal, tendo formado mais de vinte povoações em seus dez anos de governo”. (FILHO, 2005, p. 152) O Morgado tomou providências ainda no sentido de forçar as pessoas a não viverem isoladas ou levarem vida nômade, estabelecendo assim uma atividade econômica fixa e recolhendo impostos, bem como no de construir uma política de respeito à autoridade real e ao catolicismo. (FILHO, 2005, pp. 153, 156-159) Uma das principais preocupações do governador será, sobretudo, conhecer o território, sua população, sua produção e suas potencialidades: realiza a prática ilustrada nascida na Inglaterra da segunda metade do XVIII do censo, a fim de saber tudo o que a população planta, com o objetivo de

“otimizar a administração e a produção da capitania e garantir a defesa contra inimigos externos, os eternos rivais castelhanos, e internos, os delinquentes que passavam de uma capitania a outra sem medo da justiça. Assim, o governador se ocupou da reorganização espacial da capitania e da cidade de São Paulo numa tentativa de ‘racionalizar’ a administração e o uso da terra e de seus recursos”, explica Amilcar Torrão Filho. (FILHO, 2005, pp. 159-160) Adicionalmente, o Morgado trouxe técnicos agrícolas de Portugal, promoveu o uso de manuais de lavoura, a laicização do ensino e a dinamização da vida cultural (MARCÍLIO, 2000, pp. 179-182).

Em resumo, em começos do século XIX, o perfil da capitania bandeirante está significativamente diverso daquele existente até meados do século anterior. Antes uma região periférica, sem peso na economia colonial, com uma população miserável sobrevivendo de lavoura para consumo próprio e do apresamento de índios, São Paulo torna-se uma área em vias de prosperidade, tendo em Itu e Campinas representantes da produção de açúcar em larga escala para exportação, e em Sorocaba um fervilhante comércio de gado, com uma lavoura interna para sustento deste comércio. (TEIXEIRA, 2002, p. 77) Marcílio traça o cenário:

A política metropolitana na capitania de São Paulo acabou por ser bem-sucedida. No último quartel do século XVIII a agricultura comercial de exportação instalou-se de vez na região e, a partir daí, não deixou mais de se expandir: primeiro a cana, depois o café.

(...)

A introdução e o conseqüente desenvolvimento da agricultura do lucro fizeram nascer a oportunidade de uma divisão do trabalho mais complexa. Um punhado de lavradores que se beneficiaram do comércio abastecedor das Minas e de centros urbanos não hesitaram em abandonar seus velhos hábitos e práticas agrícolas, atraídos pelos estimulantes econômicos que a exportação lhes abria. A economia de plantation penetrou firmemente na região (MARCÍLIO, 2000, p. 183).

Esta mudança do perfil econômico da capitania levou à metamorfose também daquela parcela de habitantes que detinha a produção de açúcar para exportação e o comércio de gado. Inicialmente mais humildes que seus similares da Bahia ou do Pernambuco (BACELLAR, 1997, pp. 75-76), os senhores de engenho e grandes tropeiros paulistas passarão

O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba,  
Itu e Campinas – 1770-1830

paulatinamente a enxergar a si próprios como elite, ostentando hábitos aristocráticos e fazendo alianças entre si através de casamentos e dominando a política regional (BACELLAR, 1997, pp. 89-91, 97, 177-179, 185-186). No tocante ao restante da sociedade, tanto Eni de Mesquita quanto Carlos Bacellar e Maria Marcílio, trouxeram à atenção a importância das faixas populacionais que não faziam parte da elite, mas também não eram escravos. Tendo como foco a vila de Itu, Eni estuda o papel do agregado, e Bacellar, trabalhando com Sorocaba, mostra uma significativa atividade econômica dos pequenos proprietários que abasteciam a vila com mantimentos, tendo, ao contrário dos grandes senhores, apenas um ou pouco mais de um escravo.

Sendo a economia de *plantation* movida fundamentalmente por escravos, parece lógico supor que, se a produção açucareira cresceu em São Paulo, a quantidade de escravos deve também ter crescido. Diz M.L Marcílio:

No intervalo entre os censos de 1765 e 1808, o crescimento demográfico foi igualmente notável. As condições criadas na economia e na sociedade paulistas por estímulo da mineração confirmaram-se, nessa fase, e desenvolveram-se ainda mais sob o impulso da intervenção capitalista - colonial na área, pela introdução da agricultura empresarial da grande lavoura. (...) Para atender à agricultura de *plantation*, e também à economia produtora para um comércio interno em expansão, acelerou-se a introdução de escravos importados, que contribuía para manter a progressão demográfica. O período seguinte, 1808 a 1872, foi marcado pelo extraordinário desenvolvimento da agricultura de exportação, que estimulava a entrada maciça de mão-de-obra escrava e ensaiava a imigração de mão-de-obra livre de procedência europeia (MARCÍLIO, 2000, p. 72).

Usando os censos, ou listas nominativas, de 1773, 1801 e 1830, tentar-se-á aqui verificar se isso realmente ocorreu na vila açucareira de Itu. Será esboçada também uma comparação com as vizinhas vilas de Campinas, também açucareira, e Sorocaba, cujo maior peso econômico não estava na *plantation*, mas no comércio de gado. Serão usados para esta comparação os trabalhos de Carlos de Almeida Prado Bacellar, Eni de Mesquita Samara e Paulo Eduardo Teixeira.

## A evolução da população escrava em Itu, Campinas e Sorocaba

Para a vila de Itu, os números aos quais cheguei em contagem pessoal das listas nominativas estão expressos no quadro 1:

Quadro 1: Evolução do total da população e de escravos em Itu entre 1773 e 1830.

| ANO  | POPULAÇÃO | ESCRAVOS | LIVRES | PROPORÇÃO<br>ESCRAVOS/LIVRES | % DE LIVRES NA<br>POPULAÇÃO | % DE ESCRAVOS<br>NA POPULAÇÃO |
|------|-----------|----------|--------|------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1773 | 7.457     | 2.245    | 5.212  | 0,43                         | 70%                         | 30%                           |
| 1801 | 9.408     | 3.754    | 5.654  | 0,66                         | 60%                         | 40%                           |
| 1830 | 8.271     | 4.500    | 3.771  | 1,19                         | 46%                         | 54%                           |

Com estes dados, é possível observar um significativo aumento do número de escravos e sua proporção em relação ao número de livres na vila de Itu, num claro reflexo do crescimento da atividade açucareira, que tinha o escravo por motor. Em 1801, há na vila 3.754 escravos, 67% a mais do que 28 anos antes, período no qual a proporção vai de 0,43 para 0,66 escravos por habitante livre. De 1801 a 1830, a população escrava aumenta mais 20%, indo a 4.500 indivíduos, e a proporção sobe para 1,19. Assim, infere-se que, num intervalo de 57 anos, o total de escravos em Itu praticamente dobrou, enquanto que a população geral cresceu apenas 11%. Em 1830, após os fatores anteriormente descritos que estimularam a produção do açúcar, a população livre vê os escravos tornarem-se maioria na vila (54%) após muitos anos. O quadro 2 mostra os mesmos dados para a vila de Campinas, obtidos por Paulo Teixeira (TEIXEIRA, 2002, pp. 79-80):

Quadro 2: Evolução do total da população e de escravos em Campinas entre 1774 e 1829.

| ANO  | POPULAÇÃO | ESCRAVOS | LIVRES | PROPORÇÃO<br>ESCRAVOS/LIVRES | % DE LIVRES NA<br>POPULAÇÃO | % DE ESCRAVOS<br>NA POPULAÇÃO |
|------|-----------|----------|--------|------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1774 | 475       | 85       | 390    | 0,22                         | 82%                         | 18%                           |
| 1794 | 1.862     | 503      | 1.359  | 0,37                         | 73%                         | 27%                           |
| 1814 | 5.593     | 1.902    | 3.691  | 0,51                         | 66%                         | 34%                           |
| 1829 | 8.545     | 4.785    | 3.760  | 1,27                         | 44%                         | 56%                           |

Como foi dito, Campinas foi oficialmente fundada e o potencial de suas terras para o açúcar descoberto apenas mais tardiamente do que no caso de Itu (BACELLAR, 1997, p. 115), o que explica a população muito menor em 1774 (475 pessoas contra 7.457 em Itu em 1773). Mas, inserida no mesmo cenário que sua vizinha mais velha, em que a cana vai se tornando o

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

sustentáculo da economia paulista, a evolução do perfil demográfico de Campinas é quase idêntica ao caso ituano, com a diferença de que o crescimento em termos relativos é vertiginoso<sup>4</sup>: a porcentagem de escravos na população sai de 18% em 1774 para 56% em 1829, de forma que, se no último quartel do XVIII há na vila 1 escravo para cada 5 livres, 55 anos depois conta-se mais de 1 cativo por livre. Em 5 décadas, Campinas ganha 4.700 escravos, ou seja, um aumento de 5629%, e a população geral cresce em 1799%, de forma que neste curto período a vila supera Itu.

Em termos absolutos, as populações escravas aqui consideradas talvez não pareçam muito expressivas. Mas na virada do XVIII para o XIX, a população era rarefeita em quase todo o Brasil e, mais importante que isso, devemos lembrar que um escravo era muito caro; para se ter uma ideia de quão alto deveria ser o preço para aquele que desejava adquirir uma unidade na América, veja-se o que escreveu Robin Blackburn acerca do tráfico negreiro:

Na verdade, a noção de que o cativo africano podia ser comprado por um punhado de contas era fantasiosa, e a história econométrica moderna reconstruiu equivalências coerentes e sistemáticas de modo que é possível determinar preços de escravos em termos de moedas europeias contemporâneas. Em partes da costa, os próprios escravos eram usados como um tipo de moeda; em Luanda, os mercadores portugueses adiantavam artigos importados aos comerciantes luso-africanos em troca de notas promissórias cujo valor era estipulado pelo número de escravos que deveriam ser entregues.

O custo de partida de um navio na rota africana – ou seja, o valor de suas mercadorias – era duas ou três vezes superior ao da maioria dos outros ramos do comércio europeu ou atlântico. A compra de 180 escravos na costa de Gâmbia em 1740-41, muito antes que o preço dos escravos atingisse o ponto máximo, exigia o seguinte sortimento de mercadorias: 1.179 moedas de prata pesando 17 kg, 430 barras de ferro pesando 4.730 kg, 92 cutelos, 430 pederneiras para armas de fogo, 1.162 kg de sal, 300 kg de tecido de linho, 130 kg de produtos têxteis de Manchester, 108 kg de tecidos indianos, 219 kg de tecido de lã, 47 resmas de papel, 164 armas de fogo, 71 pares de pistolas, 518 kg de pólvora, 16 kg de bolas de chumbo, 102 bolas de bronze pesando 457 kg, 301 kg de utensílios de estanho, 2 vergalhões de cobre e 119 galões de rum. Neste caso, o sortimento também incluía contas e conchas, que serviam de moeda em algumas partes da costa; para ser exato, 15.195 contas de

---

<sup>4</sup> Para mais detalhes sobre o desenvolvimento demográfico de Campinas, consulte-se Paulo Eduardo Teixeira, “O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830”, pp. 79-91.

calcedônia vermelha, 60.000 pedras de cristal e 17 kg de conchas de cauri. A importância econômica ou militar desta única partida para um mercador ou monarca africano é bastante evidente. Além das mercadorias haveria presentes especiais para os monarcas e príncipes mercadores africanos e seus subordinados: armas de fogo, vinho e *brandy*, boas roupas e talvez um relógio ou lampião. (BLACKBURN, 2003, p. 468)

Os lucros do comércio de escravos compensavam este alto custo, e os compradores do Novo Mundo estavam dispostos a pagar o preço final em virtude da “produtividade e lucratividade das *plantations*, assim como a demanda europeia de produtos exóticos”, o que era então o caso do açúcar. Se usarmos de maneira superficial os números de Sheridan, além de Gemery e Hogendorn, trazidos por Blackburn, teremos que o escravo custava na América cerca de 28 libras esterlinas em 1773 e 50 a partir de 1792, de forma que podemos estimar – reforço que de maneira bastante superficial – um patrimônio em escravos em Itu de 62.860 libras em 1773, 187.700 libras em 1801 e 225.000 libras em 1830; em Campinas, o patrimônio em escravos é de quase 240.000 libras em 1829. Para efeito de comparação, o investimento necessário para uma viagem de um navio negreiro era de 8.000 libras na década de 1780. (BLACKBURN, 2003, p. 469).

O quadro 3 demonstra os mesmos dados analisados com Itu e Campinas, desta vez com a vila de Sorocaba, baseado no trabalho de Carlos Bacellar (2001, p. 36) e outros:

Quadro 3: Evolução do total da população e de escravos em Sorocaba entre 1772 e 1832.

| ANO  | POPULAÇÃO           | ESCRAVOS           | LIVRES | PROPORÇÃO<br>ESCRAVOS/LIVRES | % DE LIVRES NA<br>POPULAÇÃO | % DE ESCRAVOS<br>NA POPULAÇÃO |
|------|---------------------|--------------------|--------|------------------------------|-----------------------------|-------------------------------|
| 1772 | 5.919               | 922                | 4.997  | 0,18                         | 84%                         | 16%                           |
| 1794 | 7.256               | 1.214              | 6.042  | 0,20                         | 83%                         | 17%                           |
| 1802 | 9.712               | 1.945              | 7.767  | 0,25                         | 80%                         | 20%                           |
| 1810 | 9.576               | 1.880              | 7.696  | 0,24                         | 80%                         | 20%                           |
| 1832 | 10.070 <sup>5</sup> | 2.999 <sup>6</sup> | 7.071  | 0,42                         | 70%                         | 30%                           |

<sup>5</sup> Ver: Baddini (2002, p. 133).

<sup>6</sup> Não tive acesso ao número exato de escravos em Sorocaba em 1832; assim optei por usar o número mais alto da faixa na qual Luciana Suarez Lopes classifica a vila em “*Saldos e sobras: finanças públicas municipais na primeira metade do oitocentos (província de São Paulo, 1834-1850)*”, pp. 13-14, disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/ArtigoHeC2405.docx>. Acesso em 12/11/2013. Neste trabalho a autora diz que Sorocaba e outras duas vilas tinham entre 2.000 e 2.999 escravos naquele ano. Embora inexato, o número serve para mostrar que, mesmo com uma suposição alta, a porcentagem de escravos em Sorocaba era efetivamente menor que em Campinas e Itu.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

A população total de Sorocaba é similar à de Itu no período estudado, mas é notável como a proporção de escravos é muito menor do que nas outras duas vilas em questão (BACELLAR, 2001, pp. 38-39)<sup>7</sup>.

No começo da década de 1770, Itu, Campinas e Sorocaba possuem porcentagens similares – respectivamente, 70%, 82% e 84% – de livres no total de habitantes; mas à medida que a grande lavoura exportadora de açúcar, trabalhada por escravos, ganha importância em Itu e Campinas, estas cifras diminuem até chegar a 60% e 66% em 1801 e 1814 e a menos de 50% em 1830, enquanto que em Sorocaba, até 1832, os escravos não representaram mais que 30% da população. O gráfico 1 compara as três vilas:

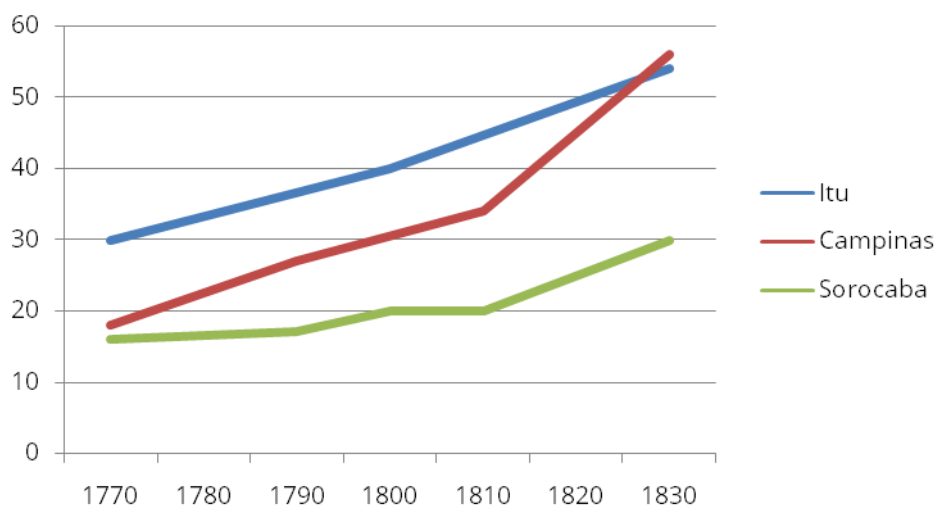


Gráfico 1: Evolução da porcentagem de escravos nas populações de Itu, Campinas e Sorocaba entre 1770 e 1830.

A razão básica para tal fenômeno em Sorocaba, diverso do que houve nas suas vilas vizinhas, é que a *plantation* nunca alcançou naquele local a importância que obteve alguns quilômetros a nordeste (IDEM, pp. 36-38), embora a vila tenha sido beneficiada por aquela atividade, pois a produção de açúcar demandou gado (IBID., pp. 38-39) Além da maior parte de suas terras não serem apropriadas para a cana, com exceção do bairro de Pirajibu, o mais

<sup>7</sup> Ver especialmente, no livro de Carlos Bacellar, a nota de rodapé 37.

próximo a Itu, com poucas terras disponíveis, e haver pouca madeira para combustível (IBID., pp. 122-123), a própria formação de Sorocaba foi alicerçada pelo comércio de muares, por uma produção de mantimentos para manutenção da economia do gado e pela arrecadação de impostos (IBID., pp. 28, 122-125), e estas atividades se consolidaram e cresceram a ponto de se formar uma elite local, que buscava se aliar aos senhores do açúcar através do matrimônio de seus filhos.

Um último ponto a se chamar a atenção é o seguinte: Maria Luiza Marcílio calcula que a população de São Paulo no fim do século XVII era de 15.000 habitantes; em 1765, de 78.855 habitantes, e em 1800, de 169.544 pessoas. (MARCÍLIO, 2000, p. 172) No fim do século XVIII em média  $\frac{1}{4}$  dos habitantes da província de São Paulo eram escravos. A proporção de cativos na população paulista calculada pela autora por anos é a seguinte: em 1798, 23%; em 1808, 22%; em 1818, 24%; em 1828, 29%; e em 1836, 27% (MARCÍLIO, 2000, p. 105). Esta média, similar à encontrada para Sorocaba, leva a historiadora a concluir que

A sociedade paulista que venho estudando fundamentava-se preponderantemente no trabalho livre. Sendo sua unidade básica de produção o “fogo”, 74 e 77% dos fogos da capitania/província de São Paulo, entre 1798 e 1828, produziam exclusivamente por meio do trabalho familiar livre. No tocante à população havia a mesma preponderância, uma vez que as proporções de escravos nunca atingiram 30% do total de habitantes da região (MARCÍLIO, 2000, p. 105).

Em suma, as altas proporções de escravos encontradas em Itu e em Campinas devem-se à forte presença da *plantation* naquelas localidades, não sendo aquele cenário a regra para a província de São Paulo.

### **Proprietários de escravos produtores e não-produtores de açúcar em Itu**

Contabilizar, através das listas nominativas, quantas pessoas possuíam quantos escravos e qual a atividade desempenhada por estes cativos, é revelador. Os quadros 4, 5 e 6 relacionam, respectivamente para os anos de 1773, 1801 e 1830, o número de escravos possuídos pelo número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar na vila de Itu. Em seguida, os gráficos de dispersão 2, 3 e 4 mostram, também respectivamente para os



O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

anos mencionados, a mesma relação. O gráfico 5 reconstitui a evolução do total de proprietários e a composição do tipo de atividade do proprietário no todo.

Quadro 4: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773.

| <b>Quantidade de escravos</b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b> |
|-------------------------------|---|---|
| 51-100                        | 2   | 1   |
| 21-50                         | 7   | 6   |
| 11-20                         | 6   | 38  |
| 1-10                          | 9   | 279   |

Quadro 5: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801.

| <b>Quantidade de escravos</b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b> |
|-------------------------------|---|---|
| 51-100                        | 7   | 0   |
| 21-50                         | 52  | 4   |
| 11-20                         | 27  | 8   |
| 1-10                          | 36  | 230   |

Quadro 6: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830.

| <b>Quantidade de escravos</b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>produzem açúcar</i></b> | <b>Proprietários que possuem esta quantidade de escravos e <i>não produzem açúcar</i></b> |
|-------------------------------|---|---|
| 51-100                        | 13  | 1   |
| 21-50                         | 43  | 6   |
| 11-20                         | 39  | 18  |
| 1-10                          | 18  | 250   |

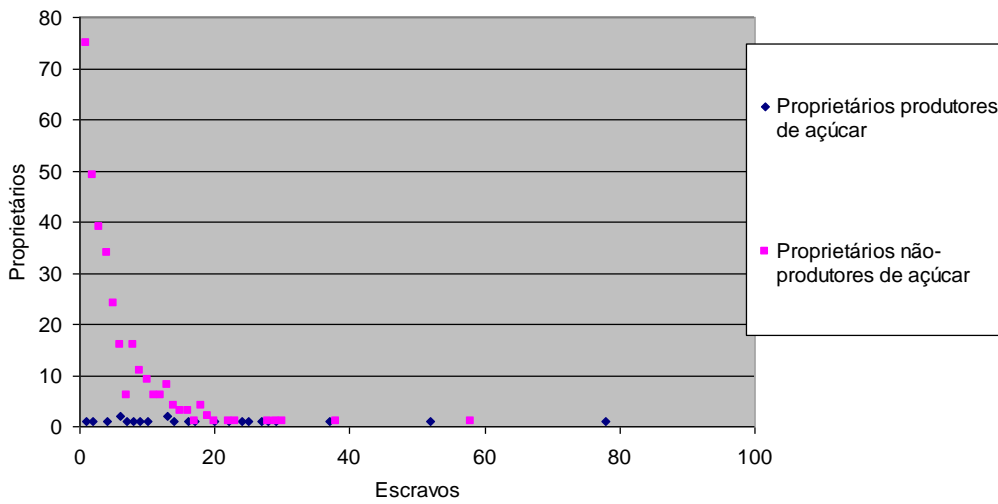


Gráfico 2: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773.

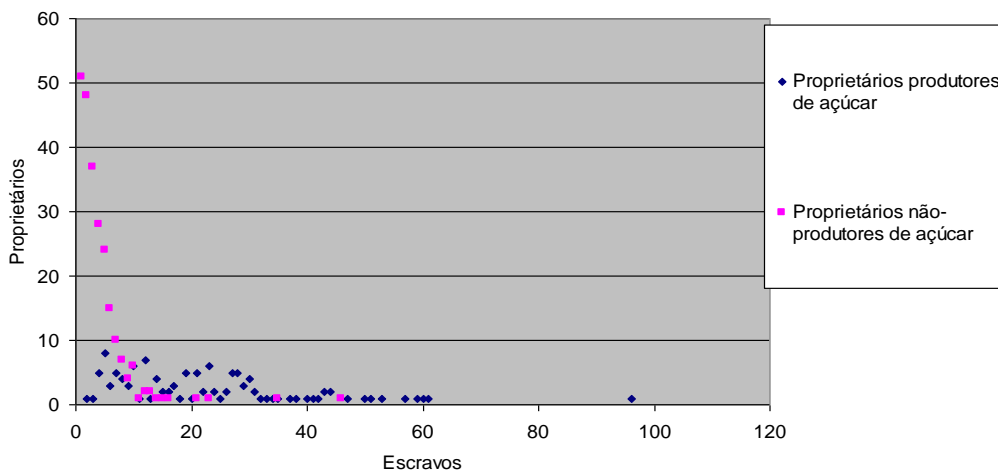


Gráfico 3: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801.

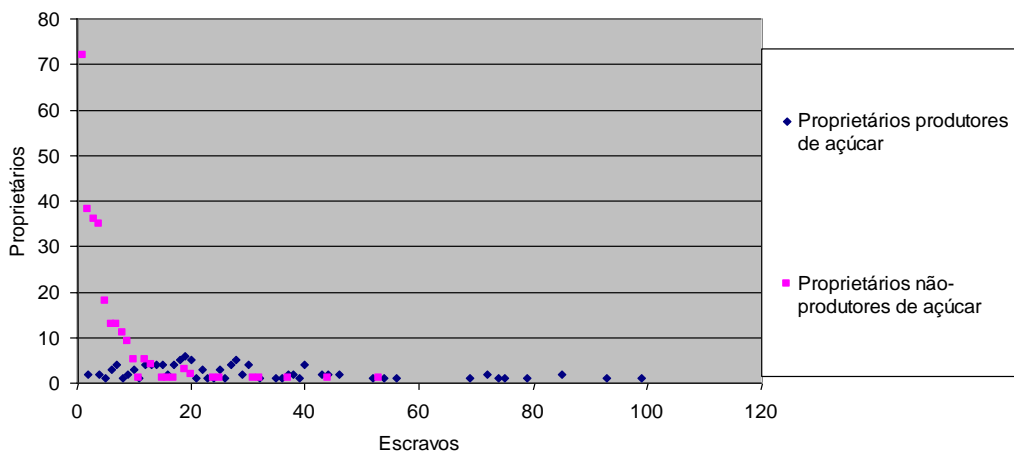


Gráfico 4: Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830.

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

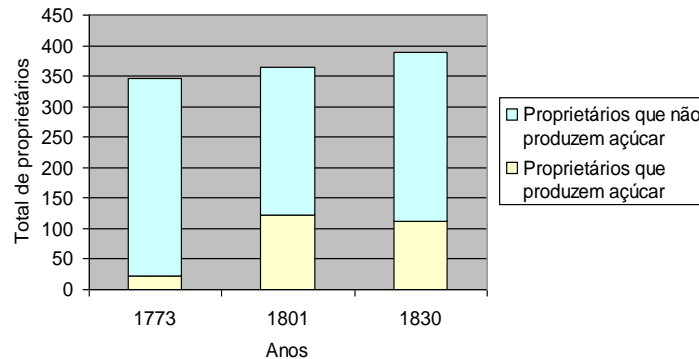


Gráfico 5: Evolução do número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos em Itu, 1773-1830.

Algumas das constatações que podem ser feitas frente a estes quadros e gráficos são as seguintes.

Em 1773 (quadro 4), Itu possui 347 proprietários de escravos, o que corresponde a 4,6% de sua população. Este total aumenta 4,7% em 28 anos, de forma que em 1801 (quadro 5), 364 habitantes, ou 3,8% da população, possuem cativos. Em 1830 (quadro 6), são 388 proprietários, ou 4,7% do total de habitantes – um aumento de 6% em 29 anos. Em resumo, entre 1773 e 1830, o total de proprietários de escravos em Itu nunca ultrapassou os 5% da população total. Se considerarmos a quantidade de proprietários em relação à população livre, temos que, em 1773, 1801 e 1830, respectivamente 6,6%, 6,4% e 10% dos livres possuem escravos, o que ainda são níveis baixos, o que era de se esperar devido ao alto preço do escravo, conforme considerado anteriormente. Isto ajuda a explicar também o porquê do possuir escravos ser sinal de distinção social naquele tempo (BACELLAR, 1997, pp. 125-126, 133-134; MARCÍLIO, 2000, p. 107).

Mais exclusivo do que ter escravos, era tê-los investidos na produção de açúcar. Em 1773 (gráfico 5), apenas 23 indivíduos que possuem cativos produzem o valioso produto, ou 6,7% do total de proprietários. Num claro sinal do crescimento da economia açucareira, esta cifra sobe 530%, passando a 122 produtores de açúcar em 1801 (33% do total de proprietários), tendo um pequeno decréscimo de 9 pessoas até 1830, quando os senhores de engenho em Itu somavam 113 indivíduos, o que equivale a 29% do total de proprietários e a

apenas 1,4% da população geral. De fato, isto contradiz o senso comum, que liga automaticamente a imagem do escravo à da casa grande e da senzala; as listas nominativas demonstram que muitos proprietários trabalhavam ao lado de seus cativos (BACELLAR, 2001, pp. 138, 143, 145, 157), por exemplo, na produção de feijão, milho e arroz; outros ainda nada possuíam, chegando mesmo a viver de favores ou esmolas (MARCÍLIO, 2000, pp. 115-116).

Quanto maior o número de escravos, maior a possibilidade de o proprietário ser produtor de açúcar (BACELLAR, 1997, pp. 138, 143, 145, 157), e quanto menor o número de cativos, menor a probabilidade de o proprietário produzir açúcar, tendência que aumenta no intervalo de 57 anos (gráficos 2 a 4). Em 1773 (quadro 4), apenas 9 indivíduos envolvidos diretamente com o açúcar tinham 10 escravos ou menos, contra 270 proprietários não envolvidos, o que corresponde a 78% do total geral de proprietários. Em 1801 e 1830 (quadros 5 e 6), respectivamente 51 e 72 indivíduos não-produtores de açúcar possuíam apenas um escravo, contra zero produtores em ambos os casos. Tal fato se deve ao vultoso capital necessário para a construção e manutenção de um engenho, bem como à ampla e cara mão-de-obra necessária ao seu funcionamento (BACELLAR, 1997, pp. 126, 161-162).

Em 1773 (quadro 4), 468 escravos de Itu (21% do total) pertencem a produtores de açúcar. Este valor sobe para 68% (2547 cativos) em 1801 (quadro 5) e 69% (3094 pessoas) em 1830 (quadro 6). Assim, infere-se que, apesar de minoria, os proprietários produtores de açúcar passam a deter a maior parte dos escravos da vila na virada do século XVIII para o XIX.

Em 1773, 1801 e 1830 (quadros 4 a 6), respectivamente 8%, 13% e 23% dos escravos em Itu pertencem a senhores com 50 ou mais cativos, e 26%, 58% e 61% pertencem a senhores com 20 ou mais cabeças, configurando um movimento de acúmulo de capital nas mãos de poucos proprietários.

Em 1773, 1801 e 1830 (quadros 4 a 6), respectivamente 25%, 15% e 11% dos escravos em Itu pertencem a senhores com 5 escravos ou menos, demonstrando que o avanço da monocultura escravista de exportação provoca concentração de renda nas mãos de poucos proprietários, e diminui o espaço dos proprietários menos capitalizados (MARCÍLIO, 2000, p. 186-187).

## O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830

Os itens 5 e 6 apontam resultados similares aos de Campinas, encontrados por Paulo Eduardo Teixeira:

A maioria dos senhores de escravos em 1814 correspondia aos pequenos proprietários, mas eram os senhores que tinham acima de 20 escravos os responsáveis por 60% do total.

Quando comparamos essas mesmas informações com aquelas disponíveis para o ano de 1829, notamos que a participação dos pequenos proprietários caiu 10% e que sua participação no total de escravos caiu pela metade! Os senhores que possuíam de 51 a 100 cativos passaram a responder por 33,6% do total de cativos, além de surgir uma pequena elite de apenas cinco senhores com mais de cem escravos, responsável por 12,8% do total de cativos. Portanto, um modelo concentrador de rendas encontrava-se em pleno funcionamento, baseado na grande propriedade de escravos e na monocultura.

Essa transformação esteve associada à menor importância que os agricultores passaram a ter no quadro da economia local após 1814, quando a produção de açúcar ultrapassou todas as demais. Em Campinas, esse período correspondeu àquele momento, referido por Amaral Lapa (1985, p.24-25), em que se fundiram as fronteiras demográfica e econômica, resultando na etapa de superação da produção de subsistência pela atividade principal: a produção açucareira (TEIXEIRA, 2002, p. 83).

e diversos dos de Sorocaba, encontrados por Bacellar (2001, pp. 144-145):

A tentativa de análise aqui desenvolvida baseia-se nos dados fornecidos pela lista nominativa de habitantes para o ano de 1810. Sorocaba contava, então, com um total de 9.581 habitantes. Destes, 1.938 (20,2%) eram escravos, numa proporção relativamente baixa, típica de comunidades não intensamente envolvidas com a grande lavoura escravista. Esta força de trabalho se encontrava inserida em somente 360 domicílios (20,4% do total), com uma média de 5,4 escravos em cada um.

Os plantéis que contavam com 11 ou mais escravos, correspondendo a 11,4% daqueles possuidores de mão-de-obra cativa, detinham 46,8% dos cativos sorocabanos. E, em oposição, os 73,9% dos domicílios possuidores de 1 a 5 escravos representavam somente 32,2% do total de cativos. Portanto, Sorocaba, não se destacando pela existência de grandes escravarias, se enquadrava no padrão de concentração dos plantéis escravos usualmente observados para as vilas coloniais brasileiras pouco representativas no panorama da grande lavoura exportadora.

Ou seja, Itu e Campinas, cujas economias giram em torno da *plantation*, vivem, na virada do século XVIII para o XIX, tendências similares de acúmulo de capital nas mãos de poucos proprietários, que respondem sozinhos por grandes parcelas dos escravos. À medida que a

grande lavoura cresce, os pequenos agricultores têm suas terras tomadas pelos grandes senhores e são forçados a procurar novos assentamentos a oeste (TEIXEIRA, 2002, p. 90; BACELLAR, 1997, p. 163). Assim, onde há a grande lavoura exportadora, há menor espaço para os pequenos lavradores proprietários de poucos escravos.

Já em Sorocaba, onde a *plantation* não tem a mesma força que em Itu e Campinas, os pequenos proprietários possuem maior espaço, produzindo excedentes agrícolas necessários à manutenção do comércio da vila e alguns que chegam a ser exportados. Desta forma, enquanto em Itu, em 1830, apenas 11% dos proprietários de escravos possuem 5 ou menos homens, em Sorocaba, um ano antes, esta cifra chega a 73,9%. (BACELLAR, 2001, pp. 144-145).

### Conclusão

As vilas de Itu, Sorocaba e Campinas possuíram um surgimento embrionário similar, servindo inicialmente de pousada para bandeirantes e tropeiros que viajavam pela América Portuguesa no século XVII, num contexto em que a capitania de São Paulo não tinha uma atividade econômica significativa, sendo pobre, pouco povoada e politicamente periférica no território português.

A situação de São Paulo passa a mudar na segunda metade do século XVIII, em virtude da demanda comercial da mineração das Gerais e da ameaça espanhola na bacia do Rio da Prata, que leva o governo português a tomar medidas para estimular a agricultura da província paulista, povoando-a e formando assim uma barreira contra o avanço espanhol. Estas medidas combinam com a política fisiocrata do Marquês de Pombal, preocupado em aumentar as receitas do império, e são fortalecidas pela revolta de escravos na colônia francesa de Saint Domingue, que acaba com a produção de açúcar da ilha e gera grande procura mundial pelo açúcar brasileiro.

Nesta onda de acontecimentos, alguns agricultores do interior paulista, como os de Itu, autofinanciados, puderam aos poucos construir engenhos e comprar mais escravos, formando gradativamente uma nova elite do açúcar (BACELLAR, 1997, pp. 168-171).

**O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba, Itu e Campinas – 1770-1830**

Campinas desenvolve-se mais tarde que Itu, mas também ali o açúcar será o motor da economia. Já em Sorocaba, cujas terras não eram favoráveis à economia de *plantation*, o eixo econômico será o comércio de gado, alimentado inicialmente pela demanda das Minas Gerais e depois pela transformação do Rio de Janeiro em capital da colônia e do império português. A economia do açúcar nas cidades vizinhas também beneficia Sorocaba, que vê a sua elite do gado se formar e se aliar às famílias açucareiras através dos casamentos de seus filhos.

Em Itu e Campinas, cuja atividade econômica principal se baseia na grande lavoura de açúcar trabalhada por escravos, encontramos uma proporção muito maior de cativos na população, que supera os 50% do total em 1830. Já em Sorocaba, onde o açúcar tem peso bem menor, os cativos nunca são mais que 30% da população geral até aquele ano, na média da província.

Ter um escravo era sinal de distinção social na América Portuguesa, onde o trabalho braçal era visto como coisa indigna; por ser muito caro, ter mesmo que apenas uma unidade era privilégio, constatando-se que, entre 1773 e 1830, nunca mais que 10% dos livres ou 5% da população geral de Itu teve escravos. A maior parte dos proprietários que possuíam muitos escravos eram produtores de açúcar, atividade bastante capitalizada; mas a maior parte dos proprietários de escravos não estava envolvida nesta atividade: entre 1773 e 1831, nunca mais que 33% do total de proprietários de escravos em Itu produzia açúcar, o que destoa da tradicional imagem que sempre liga a figura do escravo à do senhor de engenho; as listas nominativas mostram vários habitantes que possuem escravos e que com eles trabalham em lavouras para sustento próprio. Encontramos também uma série de pessoas que produzem itens necessários ao sustento da vila com a ajuda de seus escravos: milho, arroz, feijão, algodão, etc. Para Sorocaba, Bacellar demonstrou a importância deste mercado interno, que embora não fosse a atividade econômica principal, era necessário à manutenção da economia do gado.

É nesta conjuntura que a capitania/província de São Paulo passa a ter seu interior povoado e enriquecido, primeiramente com o açúcar como atividade principal e posteriormente com o café, financiado pela atividade anterior (BACELLAR, 1997, pp. 172-176,

185-186; MARCÍLIO, 2000, p. 129). Para Maria Luiza Marcílio, até mesmo a industrialização paulista pode ter seus primórdios encontrados neste ciclo (MARCÍLIO, 2000, p. 193).<sup>8</sup>

### Referências bibliográficas

BACELLAR, C. A. P. **Viver e sobreviver em uma vila colonial**– Sorocaba, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU / Unicamp, 1997.

BADDINI, C. M. **Sorocaba no império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume / Fapesp, 2002.

BAENINGER, R. **Região Metropolitana de Campinas: expansão e consolidação do urbano paulista**. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao\\_urbanas/02pronex\\_11\\_Regiao\\_Metropolitana\\_de\\_Campinas.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/livros/migracao_urbanas/02pronex_11_Regiao_Metropolitana_de_Campinas.pdf). Acesso em 12/11/2013.

\_\_\_\_\_; MAIA, P. B. Região de governo de Campinas. In: **Textos NEPO 22**. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 1992. Disponível em: [http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos\\_nepo/textos\\_nepo\\_22.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicacoes/textos_nepo/textos_nepo_22.pdf). Acesso em 12/11/2013.

BLACKBURN, R. **A construção do escravismo no Novo Mundo: 1492-1800**. São Paulo: Record, 2003.

FILHO, A. T. O “milagre da onipotência” e a dispersão dos vadios: política urbanizadora e civilizadora em São Paulo na administração do morgado de Mateus (1765-1775). **Estudos Ibero-Americanos PUCRS**, 31(1):145-165, Porto Alegre, junho 2005. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1330/1035>. Acesso em 02/09/2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos municípios 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010/default.shtm>. Acesso em 12/11/2013.

---

<sup>8</sup> Apesar do Brasil ter ganho, ao longo do século XX, uma robusta atividade industrial, a agricultura continua sendo um significativo setor da economia. No que diz respeito à cana-de-açúcar em particular, o país é atualmente o maior produtor mundial da cultura, usada para produzir açúcar e etanol. Metade do açúcar comercializado no mundo é produzido no Brasil, que é também o maior produtor global do álcool para veículos. Em 2012, foram colhidas 670 milhões de toneladas de cana, mais que o dobro do valor do segundo maior produtor mundial, a Índia, conforme *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, disponível em <http://faostat.fao.org/site/567/DesktopDefault.aspx?PageID=567#ancor> e *Ministério da Agricultura do Brasil*, disponível em <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/culturas/cana-de-acucar>. Acessos em 24/11/2013.



O próspero caminho do interior: economia e escravos em Sorocaba,  
Itu e Campinas – 1770-1830

KLEIN, H. S.; LUNA, F. V. **Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 2005.

LOPES, L. S. **Saldos e sobras: finanças públicas municipais na primeira metade do oitocentos – província de São Paulo, 1834-1850**. São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Disponível em <http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/ArtigoHeC2405.docx>. Acesso em 12/11/2013.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista – 1700-1836**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

SAMARA, E. M. **Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano – Itu, 1780-1830**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Onde a indústria se fortalece no estado de São Paulo **1.ª Análise Seade**, 1, São Paulo, abril 2013. Disponível em: [https://www.seade.gov.br/pdfs/primeira\\_analise/Primeira\\_Analise\\_n1\\_abril\\_2013.pdf](https://www.seade.gov.br/pdfs/primeira_analise/Primeira_Analise_n1_abril_2013.pdf). Acesso em 12/11/2013.

STEIN, S. J. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao Município de Vassouras**. São Paulo: Brasiliense, 1961

TEIXEIRA, P. E. O processo migratório na formação de Campinas: 1765-1830. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 19(1):75-93, Campinas, jan./jun. 2002.

## Mapas

Mapa 1: SÃO PAULO E INTERIOR PRÓXIMO. Detalhe do mapa mundial com destaque para a Grande São Paulo e Regiões Metropolitanas de Campinas e Sorocaba, baseado no *Google Maps™*. 2013.

## Quadros

Quadro 1: DEMOGRAFIA ITU 1773-1830. Evolução do total da população e de escravos em Itu entre 1773 e 1830. 2013.

Quadro 2: DEMOGRAFIA CAMPINAS 1774-1829. Evolução do total da população e de escravos em Campinas entre 1774 e 1829. 2013.

Quadro 3: DEMOGRAFIA SOROCABA 1772-1832. Evolução do total da população e de escravos em Sorocaba entre 1772 e 1832. 2013.

Quadro 4: PROPRIETÁRIOS ITU 1773. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773. 2013.

Quadro 5: PROPRIETÁRIOS ITU 1801. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801. 2013.

Quadro 6: PROPRIETÁRIOS ITU 1830. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830. 2013.

### Gráficos

Gráfico 1: ESCRAVOS ITU, CAMPINAS E SOROCABA 1770-1830. Evolução da porcentagem de escravos nas populações de Itu, Campinas e Sorocaba entre 1770 e 1830. 2013.

Gráfico 2: PROPRIETÁRIOS ITU 1773. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1773. 2013

Gráfico 3: PROPRIETÁRIOS ITU 1801. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1801. 2013

Gráfico 4: PROPRIETÁRIOS ITU 1830. Relação entre número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar e escravos – Itu, 1830. 2013

Gráfico 5: PROPRIETÁRIOS ITU 1773-1830. Evolução do número de proprietários produtores e não-produtores de açúcar em Itu – 1773-1830. 2013